



**NÃO ABRA ESTE CADERNO DE QUESTÕES ANTES QUE LHE PEÇAM.
AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA INICIAR A PROVA.**

- φ Desligue o celular e outros aparelhos.
Acondicione no envelope plástico de segurança todos seus aparelhos eletrônicos, inclusive relógio.
- φ É obrigatório o uso de máscaras de proteção facial com cobertura total de nariz e boca, durante todo o período de realização da prova, para uso pessoal, bem como no local de provas, assim entendido como todas as dependências físicas.
- φ Se houver dúvida em relação à fisionomia/identidade do candidato no momento da identificação, poderá ser exigida a retirada da máscara, sem tocar sua parte frontal, e sua imediata recolocação após a identificação. Deverá ser prosseguida a higienização das mãos com álcool em gel próprio ou fornecido pelo aplicador.
- φ Mesmo com máscaras, recomendamos ao tossir ou espirrar, usar a parte interna do braço, na área superior das mangas da roupa. Não use as mãos.
- φ O candidato não poderá utilizar o banheiro do local de aplicação após o término de sua prova e a saída definitiva da sala de provas.
- φ É vedado qualquer tipo de consulta e/ou comunicação durante a Prova.
- φ Este **Caderno de Questões** contém **40 (quarenta) questões objetivas** da Prova do seu Cargo. Verifique se este caderno corresponde com a sua opção de inscrição.
- φ A prova terá duração de **3 horas**.
O tempo mínimo de permanência na sala é de **1 (uma) hora**.
- φ Os candidatos poderão levar consigo o caderno de questões após o tempo mínimo de permanência na sala.
- φ Os dois últimos candidatos sairão simultaneamente da sala. Havendo insistência por parte do candidato em sair da sala, este será considerado desistente do Processo Seletivo.
- φ Deixe sobre a carteira **apenas** RG, Caneta, Lápis e Borracha.
- φ Qualquer dúvida, fale exclusivamente com o fiscal de sala.

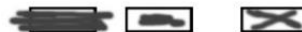
PROVA OBJETIVA

- φ Procure responder as questões na ordem em que elas aparecem no **Caderno de Questões**.
Responda a todas as questões.
- φ Você deve assinar a Folha de Respostas da Prova Objetiva. Confira todos os seus dados (Nome, RG, Data de Nascimento) e assine no campo indicado para assinatura.
A não assinatura por parte do candidato na Folha de Respostas resultará na eliminação automática do mesmo.
- φ Para preenchimento da Folha de Respostas da Prova Objetiva, utilize caneta esferográfica azul ou preta.
- φ Você deve assinalar na Folha de Respostas da Prova Objetiva somente uma letra (alternativa) para cada questão.
- φ Preencha na Folha de Respostas da Prova Objetiva, com caneta de tinta azul ou preta, a letra escolhida conforme o exemplo:

CORRETO



ERRADO



- φ Na Folha de Respostas da Prova Objetiva, assinale apenas uma alternativa para cada questão. Mais de uma marcação anulará a resposta.
- φ Para a realização da prova, não será admitido o uso de qualquer outra folha de papel além das entregues - para rascunho ou como parte ou resposta definitiva.
- φ Em hipótese alguma haverá substituição da Folha de Respostas da Prova Objetiva. Não rasure, amasse ou dobre o documento.
- φ Ao final da prova, o candidato deverá entregar, ao Fiscal da Sala, a Folha de Respostas da Prova Objetiva assinada e preenchida.
- φ Os candidatos poderão levar consigo a Tira de Rascunho e a Prova após o tempo mínimo de permanência na sala.

BOA PROVA !

REALIZAÇÃO
IPEFAE

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto para as questões de 01 a 03.

A velha e necessária discussão sobre voto facultativo X voto obrigatório

Nessa semana, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral e também ministro da Suprema Corte Federal, Luís Roberto Barroso, deu uma entrevista para o jornal Folha de São Paulo afirmando, dentre outras coisas, que o Brasil estava em um momento de transição entre o voto facultativo, que seria o modelo ideal, e o voto obrigatório, ou ainda nas palavras dele: “Acho que o voto hoje no Brasil é praticamente facultativo porque as consequências de não votar são pequenas. Por isso, um comparecimento de mais de 70% durante a pandemia merece ser celebrado. Acho que a gente começa a fazer uma transição. O modelo ideal é o voto facultativo e em algum lugar do futuro não muito distante ele deve ser”. Nesse contexto, o post de hoje do Observatório discute os argumentos que permeiam o debate acerca do voto facultativo e do voto obrigatório, bem como essa discussão se relaciona com a democracia e a desigualdade política. (...) Há argumentos normativos e argumentos empíricos para ambos os lados. Primeiramente, sob o ângulo de quem defende o voto facultativo, o principal argumento é o normativo: se o voto é um direito, eu não posso ser obrigado a votar. Um direito que eu sou obrigado a exercer, deixa de ser um direito. Quanto ao argumento empírico, apesar de tender bastante ao elitismo, defende que se o voto fosse facultativo apenas as pessoas mais “conscientes”, “engajadas”, “preparadas”, ou o termo que se preferir, votariam, o que faria o voto perderia em quantidade, mas ganharia em qualidade.

(Texto publicado em 11 de dezembro de 2020, disponível em: <http://observatoriodesigualdades.fjp.mg.gov.br/?p=1451>)

01

De acordo com o texto, pode-se afirmar que o então presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Luís Roberto Barroso, defende a tese do voto facultativo pois:

- (A) O ato de anular o voto, votar em branco ou ausentar-se representa um número irrelevante de consequências.
- (B) A liberdade de escolha entre votar e não votar constitui uma norma que deve, portanto, ser obedecida por todos.
- (C) São necessárias consequências mais severas que encaminhem a população à conscientização sobre o papel democrático de cada indivíduo.
- (D) O engajamento da população, em conjunto com sua consciência, é o suficiente para garantir um processo eleitoral seguro.

02

Pode-se afirmar que o trecho destacado no texto refere-se à:

- (A) Abstinência da participação das pessoas na eleição.

- (B) Presença obrigatória de eleitores no último período eleitoral.
- (C) Participação efetiva dos cidadãos na eleição, mesmo com as dificuldades da pandemia.
- (D) Obrigatoriedade da participação nas eleições, que não deve jamais ser influenciada por fatores externos.

03

Pode-se depreender dois argumentos acerca da legalização do voto facultativo, segundo o texto:

- I- Se o voto é um direito, ele não deve ser visto como uma obrigação.
- II- A qualidade dos votos, quando facultativo e por cidadãos engajados, será superior e vantajosa à cidadania.

Com base nessas duas ideias, podemos afirmar que:

- (A) A afirmação número II é uma consequência da afirmação I, tendo em vista que o direito ao voto assegura a qualidade do mesmo.
- (B) A afirmação número II reitera a afirmação I, demonstrando uma perspectiva diferente sobre o voto facultativo, mas também positiva para a democracia.
- (C) A afirmação número I é uma condição para que ocorra a afirmação número II, tendo em vista que a qualidade do voto só ocorre quando este é um direito e não um dever.
- (D) A afirmação número II nega a afirmação número I, na medida que é um argumento empírico e não normativo, como afirmado no texto.

Texto para as questões de 04 a 07.

A gestão pública municipal e a relação com a população

A relação com a população é provavelmente o aspecto mais desafiador de qualquer setor da gestão pública municipal. Não somente em entregar o que ela precisa, mas literalmente em manter uma relação positiva e próximas a ela.

O eleitor tem mudado cada vez mais. A sociedade, felizmente, busca estar ainda mais integrada na gestão pública, participando mais ativamente dos processos de decisão, querendo conhecer mais sobre os funcionários públicos que trabalham para ele. Os sistemas de transparência contribuem muito ativamente para isso, visto que o público cada vez mais possui mais informação.

Por isso, o primeiro desafio é trabalhar na relação e na comunicação com o público. Isso parte da primeiramente de aspectos bem óbvios, como o atendimento. Este, precisa ser **rápido, eficiente e satisfatório**. Uma das principais reclamações da população e uma das maiores fontes de sua frustração, é quando eles sentem que não são ouvidos.

(Texto publicado em 27 de janeiro de 2022, disponível em: <https://cr2.co/desafios-da-gestao-publica-municipal/#:~:text=Gest%C3%A3o%20p%C3%ABlica%20municipal%20%C3%A9%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20dos%20munic%C3%ADpios%20brasileiros.>)



04

A construção do texto fundamenta-se, principalmente, na ideia de que:

- (A) Deve haver um diálogo claro e eficiente entre a gestão e a população
- (B) O diálogo deve surgir da iniciativa privada e ir até a gestão pública
- (C) O diálogo eficiente encontra barreiras na forma como a população se expressa
- (D) O diálogo eficiente deve partir da transparência pública

05

Os termos destacados no texto descrevem como deve ser o atendimento da população pela gestão pública. Se essa mudança deve ocorrer, isso pode significar que, muitas vezes o atendimento ao público é:

- (A) Lento, efetivo e insatisfatório
- (B) Ágil, ineficaz e insatisfatório
- (C) Lento, ineficaz e agradável
- (D) Lento, ineficaz e insatisfatório

06

Ao afirmar que o “o eleitor tem mudado cada vez mais”, o autor utiliza-se de dois verbos para indicar:

- (A) Uma ação perfeitamente acabada.
- (B) Uma ação contínua.
- (C) Uma ação em fase de conclusão.
- (D) Uma ação passada.

07

Ao observarmos o emprego da vírgula no último período do texto, pode-se afirmar que, segundo a Gramática Normativa,:

- (A) Está correto, pois inicia um período composto por subordinação.
- (B) Está correto, pois antecede um verbo de ligação.
- (C) Está incorreto, pois separa a expressão da qual se fala de seu predicado.
- (D) Está incorreto, pois separa um verbo transitivo direto de seu complemento.

Texto para as questões de 08 a 10.

O peso do funcionalismo público no Brasil em comparação com outros países

No Brasil, as despesas com funcionários públicos, ativos e inativos, são elevadas para o padrão internacional e, se não houver mudanças, continuarão a crescer. Uma das consequências dessa destinação significativa e crescente de recursos para despesas com salários e aposentadorias dos servidores é a redução do espaço para despesas discricionárias e realização de investimentos públicos.

Por essa razão, a revisão das regras gerais do funcionalismo público brasileiro, contida na PEC 32/2020 (Reforma Administrativa), é tão relevante. Para a melhor compreensão do tema, é oportuno avaliarmos a situação brasileira em comparação com a de outros países, o que é feito a seguir nesta Nota Econômica.

- O Brasil não tem um número muito elevado de servidores públicos em proporção da população ou do total de trabalhadores;
- **Contudo**, as despesas totais com esses trabalhadores (ativos e inativos) são elevadas e representam percentual do PIB próximo, ou até superior, ao de países ricos e reconhecidos pelo tamanho grande do Estado;
- A principal explicação para esse fato é o elevado patamar dos salários dos servidores no Brasil, sobretudo no nível federal;
- A diferença salarial entre o setor público e privado, em favor dos servidores públicos, é maior no Brasil que nos demais países analisados; e
- A revisão das regras gerais do funcionalismo público brasileiro, contida na PEC 32/2020 (Reforma Administrativa), joga luz sobre a questão do gasto com os trabalhadores do setor público.

Texto publicado em outubro de 2020, disponível em:
<https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2020/10/nota-economica-15-o-peso-do-funcionalismo-publico-no-brasil-em-comparacao-com-outros-paises/>

08

O texto, de caráter informativo, apresenta-se configurado dessa forma para que:

- (A) O leitor possa observar os argumentos disponibilizados em tópicos, de modo a elaborar sua própria tese acerca do assunto
- (B) O leitor possa aperceber-se da opinião do autor, explicitados por base em sua experiência de vida e destacada nos tópicos
- (C) Relacionar os tópicos com a tese do autor, compreendendo-os enquanto consequências da opinião do autor
- (D) Compreender que os tópicos configuram-se como argumentos que sustentam a tese do autor

09

A expressão **contudo** presente no segundo tópico estabelece, sintaticamente, uma relação:

- (A) De causa para com o tópico seguinte, ao expor o elevado teto salarial dos funcionários públicos, podendo ser substituída, sem prejuízo de significado, por **sendo assim**.
- (B) De oposição para com o tópico anterior, ao expor o elevado teto salarial dos funcionários públicos, podendo ser substituída, sem prejuízo de significado, por **apesar disso**.
- (C) De oposição para com o tópico anterior, ao expor o elevado teto salarial dos funcionários públicos, podendo ser substituída, sem prejuízo de significado, por **com isso**.
- (D) De causa para com o tópico seguinte, ao expor o elevado teto salarial dos funcionários públicos, podendo ser substituída, sem prejuízo de significado, por **apesar disso**.

10

Acerca do título do texto, pode-se afirmar que:

- (A) O termo **funcionalismo** apresenta caráter conotativo, ao traduzir a ideia de “emprego de funcionários públicos”



- (B) O termo **comparação** apresenta caráter conotativo, ao traduzir uma comparação metafórica com outros países
- (C) O termo **peso** apresenta caráter conotativo, ao traduzir a ideia de “dificuldade, problema”
- (D) O termo **peso** apresenta caráter denotativo, ao traduzir a ideia de “dificuldade, problema”

MATEMÁTICA

¿ ?

11

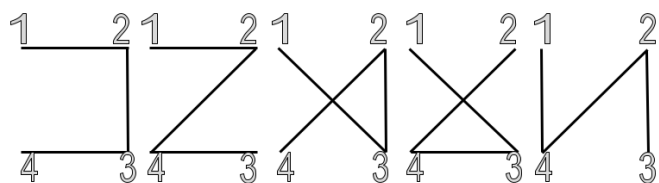
A tautologia é um conceito do raciocínio lógico-matemático, compondo as chamadas proposições compostas, onde independentemente do valor lógico assumido pelas sentenças, obtemos como resposta sempre o valor verdadeiro.

Dentre as frases abaixo qual a única que indica uma tautologia:

- (A) Marcos não vai ao cinema e Pedro não joga futebol.
- (B) Se Marcos vai ao cinema, então Pedro joga futebol.
- (C) Se Marcos vai ao cinema e Pedro joga futebol, então Pedro joga futebol se e somente se Marcos vai ao cinema.
- (D) Marcos vai ao cinema se e somente se Pedro joga futebol.

12

Identificando a regularidade da sequência figural abaixo, podemos concluir que o próximo elemento da sequência é:



- (A)
- (B)
- (C)
- (D)

ÁREA PARA RASCUNHO



13

Observando a sequência numérica abaixo, podemos identificar um padrão de formação. Identificando esse padrão podemos afirmar que o próximo número da sequência é dado por:

1011010; 0110101; 1101010; 1010101;

- (A) 1010110.
- (B) 0101011.
- (C) 0101101.
- (D) 1011010.

14

Vera fez quatro atividades na última semana: lavou roupa, tocou guitarra, assistiu um filme e leu um livro. Cada atividade foi feita uma única vez na semana em dias diferentes que foram: segunda-feira, terça-feira, sexta-feira ou sábado. Em cada dia ela utilizou um adorno diferente na cabeça: boné, chapéu, tiara ou laço. Usando as pistas abaixo podemos afirmar que o dia da semana e o adorno de cabeça que ela utilizou quando assistiu um filme foram respectivamente:

Pistas:

- I- Vera lavou roupa no sábado, mas não utilizou boné nesse dia.
 - II- Vera tocou guitarra depois de ter assistido um filme. Nesse dia ela utilizou um chapéu.
 - III- Vera usou um laço quando leu um livro, que não foi na segunda-feira.
 - IV- Vera não utilizou laço na sexta-feira
- (A) Segunda-feira e boné.
 - (B) Terça-feira e laço.
 - (C) Sexta-feira e chapéu.
 - (D) Sábado e tiara.

ÁREA PARA RASCUNHO

ÁREA PARA RASCUNHO



NOÇÕES DE INFORMÁTICA

?

15

Todo dia, inúmeras informações são geradas e compartilhadas via *internet*, entretanto, tal dinamismo também permite que conteúdos sejam removidos ou se percam em meio ao enorme fluxo de dados disponíveis. Os navegadores oferecem opções para salvamento da página, a fim de possibilitar ao usuário criar uma cópia de uma publicação *web* e conseguir acessá-la até mesmo *offline*. Para tanto, o formato *pdf* é amplamente utilizado, devido a sua fidelidade de diagramação e popularidade. No *Windows 10*, como salvar uma publicação da *internet* em *pdf*, através do próprio navegador?

- (A) Clicar no ícone de *downloads* e selecionar a opção *Baixar arquivo pdf*.
- (B) Abrir o menu de impressão e entre as opções de impressora, selecionar a opção de salvar ou imprimir no formato *pdf*.
- (C) Selecionar todo o conteúdo, no menu *Editar* selecionar a opção *Copiar*. Em seguida colar o conteúdo no *Microsoft Word* e salvar como *pdf*.
- (D) Com o botão auxiliar do mouse, selecionar a opção para salvar *pdf*.

16

A marca d'água é um recurso editorial amplamente utilizado no setor público, sobretudo para compartilhar documentos oficiais e garantir que não sejam utilizados de forma indevida, sinalizando, por exemplo, os *status* de rascunho, confidencial, ou particular. Como inserir texto no formato de marca d'água no *Microsoft Word 2016*?

- (A) No menu *Inserir*, selecionar a opção *Texto* e, em seguida, o item *Marca D'água*.
- (B) Na aba *Exibir*, selecionar a opção *Componentes de Texto* e, em seguida, marcar o *checkbox* *Marca D'água*.
- (C) Na aba *Design*, selecionar a opção *Marca D'água*.
- (D) No menu *Referências*, selecionar a opção *Smart Art* e, em seguida, o item *Marca D'água*.

17

As soluções para troca de mensagens instantâneas são cada vez mais adotadas na realização do trabalho cotidiano, no entanto, o tradicional envio de comunicações por *e-mail* ainda é indispensável em alguns casos. Qual campo é de fundamental importância no preenchimento para identificação do *e-mail*?

- (A) *Tag*
- (B) *ID*
- (C) Assunto
- (D) Envio

18

Para preservar a segurança das informações no ambiente de trabalho, uma prática comum das equipes responsáveis é criar credenciais de acesso pessoais, compostas por nome ou *login* e senha. Da parte dos usuários, é imprescindível que as chaves de acesso ao sistema não sejam compartilhadas e que a conta

individual permaneça conectada apenas enquanto o usuário está à frente do computador. Qual opção o *Windows 10* oferece ao usuário para vetar temporariamente o acesso à sua sessão e somente destravá-la com as credenciais válidas?

- (A) Bloquear
- (B) Proteger
- (C) Desligar
- (D) Executar

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

19

Na Administração Pública, há a figura da função de confiança, cujas atribuições se destinam à direção, chefia ou assessoria, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo. Considerando o preenchimento dos requisitos, para o servidor designado mediante portaria em 02 de janeiro de 2022 para desempenhar esta função:

- (A) É vedada a percepção de gratificação em retribuição ao exercício de função de confiança na remuneração do cargo efetivo.
- (B) A parcela pecuniária paga em detrimento do desempenho das atividades de funções de confiança, será incorporada para fins de cálculo benefícios previdenciários.
- (C) Fica assegurado o direito de permanecer na função, no caso de troca da autoridade que o designou, ainda que haja prejuízo no liame de confiança entre o Administrador e designado.
- (D) É vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança à remuneração do cargo efetivo.

20

No processo de admissão de candidato aprovado no concurso público, promovido pela Câmara Municipal de Espírito Santo do Pinhal - SP, para o Quadro de Pessoal Permanente, consoante disposição da legislação municipal vigente, respeitados os direitos adquiridos de ativos, inativos e pensionistas, há de ser considerado:

- (A) O Regime Jurídico Estatutário e Regime Geral de Previdência Social.
- (B) O Regime Jurídico Único Estatutário e Regime Próprio de Previdência Social.
- (C) O Regime Jurídico Celetista e Regime Próprio de Previdência Social.
- (D) O Regime Jurídico Único da Consolidação das Leis do Trabalho e Regime Geral de Previdência Social.

21

O eSocial é o instrumento de unificação da prestação das informações referentes à escrituração das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas. Nos termos do Decreto 8.373, de 11 de dezembro de 2014, tem por finalidade:

- (A) Padronizar sua transmissão, validação, armazenamento e distribuição.
- (B) Apenas viabilizar um seguro armazenamento e consulta pública dos dados transmitidos.



- (C) Padronizar a consulta pública dos dados fiscais, previdenciários e trabalhistas.
- (D) Viabilizar a auditoria dos dados pelos Tribunais de Contas Estaduais e Federais, observada a legislação de proteção de dados vigentes.

22**Os Créditos adicionais são:**

- (A) autorizações de despesas previstas na Lei Orçamentária ou que não foram previstas de forma insuficiente. Podem ser classificados como suplementares, especiais ou extraordinários ou adicionais.
- (B) autorizações de despesas não previstas na Lei Orçamentária ou que não foram previstas de forma insuficiente. Podem ser classificados como suplementares, não especiais ou extraordinários.
- (C) autorizações de despesas não previstas na Lei Orçamentária ou que foram previstas de forma insuficiente. Podem ser classificados como suplementares, especiais ou extraordinários.
- (D) autorizações de despesas não previstas na Lei Orçamentária ou que não foram autorizadas de forma tempestiva. Não podem ser classificados como suplementares, mas podem ser classificadas como especiais ou extraordinários.

23**Com relação aos créditos suplementares, extraordinários e suplementares especiais, podemos afirmar que destinam-se ao:**

- (A) reforço de uma dotação orçamentária não existente, ao passo que os especiais visam atender a uma necessidade não urgentes no orçamento. Já créditos extraordinários pressupõem uma situação imprevista, como por exemplo, comoção interna ou calamidade pública. Os créditos suplementares especiais dependem de autorização legislativa, ao passo que os extraordinários não precisam ser abertos por decreto do Executivo, para dar ciência imediata ao Legislativo. Os créditos adicionais, uma vez aprovados, incorporam-se ao orçamento do exercício.
- (B) reforço de uma dotação orçamentária já existente, ao passo que os especiais visam atender a uma necessidade não contemplada no orçamento. Já créditos extraordinários pressupõem uma situação de urgência ou imprevisão, como por exemplo, comoção interna ou calamidade pública. Os créditos suplementares especiais dependem de autorização legislativa, ao passo que os extraordinários são abertos por decreto do Executivo, que deles dará ciência imediata ao Legislativo. Os créditos adicionais, uma vez aprovados, incorporam-se ao orçamento do exercício.
- (C) reforço de uma dotação orçamentária já existente, ao passo que os especiais visam atender a uma necessidade não contemplada no orçamento. Já créditos extraordinários pressupõem uma situação de urgência ou imprevisão, como por exemplo, comoção interna ou calamidade pública. Os créditos suplementares especiais dependem de autorização legislativa, ao passo que os extraordinários

prescindem de decreto do Executivo, que deles dará ciência imediata ao Legislativo. Os créditos adicionais, uma vez aprovados, não incorporam-se ao orçamento do exercício.

- (D) reforço de uma dotação orçamentária já não existente, ao passo que os especiais visam atender a uma necessidade não contemplada no orçamento. Já créditos extraordinários pressupõem uma situação de urgência ou imprevisão, como por exemplo, comoção interna ou calamidade pública. Os créditos suplementares especiais dependem de autorização legislativa, ao passo que os extraordinários não são abertos por decreto do Executivo, que deles dará ciência imediata ao Legislativo. Os créditos adicionais, uma vez aprovados, incorporam-se ao orçamento do exercício.

24**Em conformidade com a Lei nº 12.527/2011, art. 8º, § 1º, inciso iii; lc nº 131/2009, art. 2º, inciso i; e decreto nº 7.185/2010, art. 7º, inciso i, o pagamento despesa deverá ser atualizado e conter no mínimo:**

- (A) Semanalmente, e conter na ordem bancária ou na ordem de pagamento deve constar: nota de empenho / favorecido / valor / data.
- (B) Em tempo real, e conter na ordem bancária ou na ordem de pagamento deve constar: nome de quem autorizou/ nota de empenho / favorecido / valor / data/quem autorizou o pagamento e quem assinou o recibo.
- (C) Mensalmente, e conter na ordem bancária ou na ordem de pagamento deve constar: nota de empenho / favorecido / valor / data/ forma que foi paga.
- (D) Em tempo real, e conter na ordem bancária ou na ordem de pagamento deve constar: nota de empenho / favorecido / valor / data.

25**Classificam-se como CORRENTES as receitas provenientes de:**

- (A) tributos; de contribuições; da exploração do patrimônio estatal (Patrimonial); da exploração de atividades econômicas (Agropecuária, Industrial e de Serviços); de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes (Transferências Correntes); por fim, todas as demais receitas que se enquadram nos itens anteriores, e no conceito de receita de capital (Outras Receitas não Correntes)
- (B) tributos; da exploração do patrimônio estatal (Patrimonial); da exploração de atividades econômicas (Agropecuária e de Serviços); de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes (Transferências Correntes); por fim, demais receitas que se enquadram nos itens anteriores, mas não no conceito de receita de capital (Outras Receitas não Correntes)



- (C) tributos; multas; da exploração do patrimônio (Patrimonial); da exploração de atividades de qualquer natureza (exceto, Agropecuária e Industrial); de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes (Transferências Correntes); por fim, demais receitas que não se enquadram nos itens anteriores, nem no conceito de receita de capital (Outras Receitas Correntes)
- (D) tributos; de contribuições; da exploração do patrimônio estatal (Patrimonial); da exploração de atividades econômicas (Agropecuária, Industrial e de Serviços); de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes (Transferências Correntes); por fim, demais receitas que não se enquadram nos itens anteriores, nem no conceito de receita de capital (Outras Receitas Correntes)

26

O princípio da competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos:

- (A) nos períodos a que se referem, o recebimento ou pagamento e pressupõe simultaneidade da confrontação de receitas e despesas correlatas.
- (B) nos períodos a que se referem, independentemente do pagamento e pressupõe simultaneidade da confrontação de receitas e despesas correlatas.
- (C) nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento e pressupõe simultaneidade da confrontação de receitas e despesas correlatas.
- (D) nos períodos que ocorreram os respectivos recebimento ou pagamento e pressupõe simultaneidade da confrontação de receitas, mas não das despesas correlatas.

27

O Orçamento para o setor público, é de vital importância, pois é a lei orçamentária que fixa a despesa pública autorizada para um exercício financeiro. A despesa orçamentária pública é o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade. Os dispêndios, assim como os ingressos, são tipificados em orçamentários e extraorçamentários. Segundo o art. 35 da Lei nº 4.320/1964: Pertencem ao exercício financeiro:

- (A) I - as receitas nele arrecadadas; II - as despesas nele legalmente empenhadas. Dessa forma, despesa orçamentária é toda transação que depende de autorização legislativa, na forma de consignação de dotação orçamentária, para ser efetivada.
- (B) I - as receitas nele compromissadas; II - as despesas nele legalmente pagas. Dessa forma, despesa orçamentária é toda transação que depende de autorização legislativa, na forma de consignação de dotação orçamentária, para ser efetivada.
- (C) I - as receitas nele arrecadadas; II - as despesas nele legalmente contidas. Dessa forma, despesa

orçamentária é toda transação que não depende de autorização legislativa, na forma de consignação de dotação orçamentária, para ser paga.

- (D) I - as receitas nele arrecadadas; II - as despesas nele legalmente autorizadas pelo executivo. Dessa forma, despesa orçamentária é a transação que não depende de autorização legislativa, na forma de consignação de dotação orçamentária, para ser efetivada.

28

Considerando o registro contábil (DB e CR) Indique o registro contábil CORRETO, considerando as informações disponíveis, para registrar a Previsão Inicial da Receita Orçamentária:

- (A) Débito: Previsão Inicial da Receita Orçamentária
Crédito: Receita Orçamentária a Realizar.
- (B) Débito: Receita a Realizar
Crédito: Receita Fixada
- (C) Débito: Variação Patrimonial Diminutiva
Crédito: Variação Patrimonial Aumentativa
- (D) Débito: Despesas do Exercício
Crédito: Variações Orçamentárias

29

A prefeitura pretende alocar recursos no Orçamento-Programa de 2022 para suporte de despesas necessárias a ampliação e reforma de seu estádio municipal. As despesas referentes a ampliação estão orçadas em R\$ 2.000.000,00 e as correspondentes a reforma em R\$ 600.000,00. No Orçamento- programa a despesa deverá ser classificada:

- (A) R\$ 2.600.000,00 como atividade.
- (B) R\$ 2.000.000,00 como atividade e R\$ 600.000,00 como projeto.
- (C) R\$ 2.600.000,00 como atividade ou projeto a critério da Prefeitura.
- (D) R\$ 2.000.000,00 como projeto e R\$ 600.000,00 como atividade.

30

A variação Patrimonial Diminutiva (VPD), no caso da aquisição a prazo, de uma máquina retroescavadeira acontece:

- (A) Quando se faz a compra da máquina.
- (B) Quanto se faz o pagamento ao fornecedor.
- (C) Quando se reconhece a depreciação pelo uso da máquina.
- (D) Quando se vende a máquina por não servir mais aos serviços públicos.

31

Ativo Circulante e Não Circulante. Os ativos devem ser classificados como circulante quando satisfizerem a um dos seguintes critérios:

- (A) Estiverem disponíveis para realização imediata e tiverem a expectativa de realização até o próximo orçamento aprovado. Os demais ativos devem ser classificados como não circulantes.
- (B) Estiverem disponíveis para realização imediata e tiverem a expectativa de realização até o final da gestão municipal. Os demais ativos devem ser classificados como não circulantes



- (C) Estiverem disponíveis para realização imediata e tiverem a expectativa de realização até vinte e quatro meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais ativos devem ser classificados como não circulantes
- (D) Estiverem disponíveis para realização imediata e tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais ativos devem ser classificados como não circulantes.

32**Assinale a alternativa correta.****São Demonstrações contábeis obrigatórias, além de outras, para o setor público:**

- (A) Balanço Orçamentário, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Fluxo de Caixa.
- (B) Balanço Orçamentário, Balanço financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração do Fluxo de Caixa.
- (C) Balanço Orçamentário, Balanço financeiro, Demonstração dos Resultados Abrangentes, Demonstração do Valor Adicionado.
- (D) Balanço Orçamentário, Balanço financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, Demonstração do Fluxo de Caixa.

33

Vizinho ao Município de Espírito Santo do Pinhal – SP, há o Município de Albertina – MG. Durante os meses anteriores, houve constantes chuvas torrenciais na região, o que provocou enchentes, quedas de encostas, deslizamentos etc levando o Município de Albertina-MG a decretar estado de calamidade pública. O dito município se mobilizou nos dias seguintes a retirar os destroços, a lama acumulada, liberar avenidas e estradas, bem como ajudar a população afetada. Ocorre que, nesses dias de empreitada, vários caminhões e tratores do Município de Espírito Santo do Pinhal – SP foram vistos trabalhando na cidade de Albertina-MG.

Segundo prevê a lei orgânica de Espírito Santo do Pinhal-SP, é possível afirmar corretamente que:

- (A) este Município errou, pois é proibido, sem exceção, permitir o uso de máquinas, equipamentos ou veículo a outros municípios, salvo se feito um consórcio interestadual, entre São Paulo e Minas Gerais, haja vista que estão envolvidos municípios de estados diferentes.
- (B) se o combustível e as horas de trabalho dos servidores de Espírito Santo do Pinhal-SP, forem custeados pelo município de Albertina-MG, não há óbice algum para aquele fazer o empréstimo de máquinas, equipamentos, veículos e até mão de obra.
- (C) se o combustível for custeado pelo município de Albertina-MG e os seus próprios servidores manusearem o ferramental, a lei orgânica de Espírito Santo do Pinhal-SP não proíbe o empréstimo de máquinas, equipamentos e veículos, mas essa possibilidade só ocorre exclusivamente quando se

tratar de municípios limítrofes, como no caso entre os envolvidos.

- (D) como regra, é vetado ao município de Espírito Santo do Pinhal-SP fazer o empréstimo de equipamentos, veículos ou máquinas, salvo, dentre outras hipóteses, como no caso, em que outro município decretou estado de calamidade pública.

34

João do Coração, médico na cidade Espírito Santo do Pinhal-SP, foi eleito vereador. Cardiologista de longa data e ilibada reputação no município, se aventurou na vida política e, já na primeira eleição, sagrou-se vencedor, como o terceiro vereador mais votado. Dois meses após tomar posse, foi convidado pelo prefeito a assumir a secretaria de saúde do mesmo município. Nesse caso, segundo prevê a lei orgânica do município de Espírito Santo do Pinhal-SP, João do Coração:

- (A) deverá recusar o convite, pois não pode assumir o cargo de secretário ante o fato de estar empossado como vereador, o que o impede de exercer qualquer outra atividade, tanto no ramo público como privado.
- (B) pode aceitar o convite, exercendo, simultaneamente, a vereança e o cargo comissionado, já que não há incompatibilidade entre ambos, recebendo ambas as remunerações, inclusive.
- (C) pode aceitar o convite, mas deverá se licenciar do cargo de vereador, podendo optar pela remuneração de vereador ou de secretário.
- (D) pode aceitar o convite, mas deverá renunciar ao cargo de vereador, ficando com a remuneração exclusivamente de secretário.

35**Com base no regimento interno da Câmara Municipal de Espírito Santo do Pinhal-SP, é correto afirmar que:**

- I. A Câmara tem funções legislativas, exerce atribuições de fiscalização interna e externa, financeira e orçamentária de controle e de assessoramento dos atos do Executivo e do Judiciário e pratica atos de administração interna e externa.
- II. A função legislativa consiste em deliberar, por meio de emendas à Lei Orgânica, leis, decretos legislativos e resoluções sobre todas as matérias de competência do município.
- III. A função de fiscalização, sobre os aspectos contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial do município e das entidades da administração indireta, é exercida pelo Tribunal de Contas do Município.

Das assertivas, está(ão) correta(s) aquela(s) que consta(m) apenas em:

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.



36

Na última eleição, Zezinho do Cachorro Quente foi o vereador eleito com maior votação no município, seguido por Maria Clândida, a segunda mais votada. No dia da posse, e após a conclusão desta, com base no regimento interno da Câmara dos Vereadores de Espírito Santo do Pinhal-SP, é correto afirmar que:

- (A) ante a maior votação obtida, Zezinho já será nomeado o presidente da mesa diretora para o respectivo biênio, sendo permitida uma recondução para os próximos dois anos.
- (B) ante a maior votação obtida, Zezinho já será nomeado o presidente da mesa diretora para o respectivo biênio, sendo vetada a recondução ao cargo.
- (C) Zezinho, como vereador mais votado, não poderá participar da concorrência para compor a mesa diretora da câmara.
- (D) Zezinho presidirá a eleição para a escolha da mesa diretora, que será composta pelo presidente, primeiro e segundo secretários.

37

Joseph Barnabé é um engenheiro concursado do Município "B". Aventurou-se na vida política neste município onde foi eleito vereador, depois prefeito e, atualmente, é secretário de obras. Mediante exigência de dinheiro a uma grande empresa chamada "WXYZ-Ltda", Joseph destinou equipamentos da prefeitura para fazer a construção da fundação de um novo galpão, destinado a uma das filiais daquela empresa, recém-inaugurada no município "B". Para não deixar rastro da vantagem exigida, Joseph exigiu que o valor fosse depositado na conta de uma de suas enteadas.

No caso em tela, com base na lei de improbidade administrativa nº 8.429/92, é correto afirmar que:

- (A) Joseph não praticou ato de improbidade pois o dinheiro por ele exigido não se destinou a ele próprio, mas sim a terceiros, no caso, sua enteada.
- (B) Joseph praticou ato de improbidade e, dentre as penas possíveis, está a perda dos seus direitos políticos.
- (C) A ação para a aplicação das sanções de que trata a lei de improbidade administrativa será proposta pelo Ministério Público.
- (D) Levando-se em conta que a empresa tem sua sede no bairro da Moóca, no Município de São Paulo, a competência territorial para apreciação da ação de improbidade administrativa é do Judiciário da cidade de São Paulo.

38

João foi viajar com sua família para visitar parentes em outro estado. A viagem foi realizada de carro e já durava quase dezesseis horas, quando então foram parados por policiais rodoviários federais em uma blitz. João e a família foram obrigados a sair do veículo e ficar em pé, no acostamento, debaixo do sol forte. Foram feitas buscas por drogas, armas e contrabandos no veículo e nas bagagens. Estas foram abertas e os pertences espalhados pelo acostamento. As roupas contidas nas malas foram espalhadas pelo chão, ficando sujas e vários objetos de uso pessoal se danificaram ante o

atrito com o asfalto. Os policiais rodoviários pisaram nos pertences e caçoaram das roupas íntimas de Maria, Gabriela e Silmara, respectivamente, esposa e filhas menores de João.

Depois de quase duas horas de buscas, nada foi encontrado, e todos eles, humilhados e envergonhados com o procedimento, refizeram as malas como puderam e retomaram a viagem.

Com base no fato acima e com amparo na Lei nº 9.784/99 (lei do processo administrativo em âmbito federal), é correto afirmar que:

- (A) o processo administrativo pode ser iniciado a pedido dos interessados, mas não pode ser iniciado de ofício pela própria administração federal.
- (B) se o requerimento inicial do processo administrativo não estiver bem elaborado, é permitida à Administração, sem motivação, recusar seu recebimento, não obstante, o servidor responsável, possa, mediante sua discricionariedade, orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas no requerimento inicial.
- (C) se na composição o órgão julgador estiver atuando um dos policiais acusados no processo administrativo, o processo ficará suspenso, até que o dito policial deixe a composição do órgão julgador, quando então o processo administrativo retomará seu curso.
- (D) salvo disposição legal específica, é de dez dias o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida, sendo que, como regra, o recurso não tem efeito suspensivo.

39

Com relação a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD – nº 13.709/18, analise as frases abaixo e responda.

- I. será aplicável a pessoa jurídica de direito público que detém dados referentes a pessoa natural.
- II. a disciplina de proteção aos dados pessoais tem como fundamentos a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem.
- III. a LGPD não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizados para fins exclusivos de segurança pública, defesa nacional, segurança do Estado ou atividades de investigação e repressão de infrações penais.
- IV. Para os fins da LGPD, considera-se dado pessoal a informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.

Das assertivas, está(ão) correta(s) aquela(s) que consta(m) apenas em:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I e II.
- (C) III.
- (D) II e IV.

40

Com relação as regras constitucionais pertinentes aos servidores públicos, analise as frases abaixo e responda.



- I. João é professor concursado. Tomou posse no cargo há exatos dois anos. Logo, João já é detentor de estabilidade, mas ainda não é detentor de vitaliciedade.
- II. João é professor concursado. Tomou posse há exatos dois anos. Se candidatou a vereador no mesmo município onde é professor e sagrou-se vencedor. É possível exercer ambas as funções, se houver compatibilidade de horários, percebendo o pagamento por ambas as atividades.
- III. João é professor concursado. Tomou posse há exatos cinco anos. Para perder o cargo, é preciso sentença judicial transitada em julgado.
- IV. Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

Das assertivas, estão corretas aquelas que constam apenas em:

- (A) II e IV.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) I e III.

ÁREA PARA RASCUNHO

ÁREA PARA RASCUNHO

